



8º Encontro Internacional de Política Social 15º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Questão social, violência e segurança pública:
desafios e perspectivas

Vitória (ES, Brasil), 16 a 19 de novembro de 2020

Eixo: Democracia, participação e movimentos sociais.

Sub-Eixo: Democracia representativa e democracia participativa.

A revolta da vacina: um tesouro perdido das revoluções?

Larissa Franco de Mello Aquino Pinheiro ¹

Resumo

Este resumo tem como propósito problematizar a concepção de cidade como espaço público a partir de Hannah Arendt, tendo como cenário a cidade do Rio de Janeiro, no período conhecido como República Velha (1889-1930). De um modo geral, as classes populares foram impactadas pelas rápidas transformações que se processaram, principalmente por não se enquadrarem nas novas formas impostas à cidade, o que resultou em processo de exclusão social. Apesar de um certo esvaziamento do conceito de espaço público arendtiano, identificamos alguns movimentos sociais contra essa nova ordem que se inicia com destaque para um movimento popular urbano denominado Revolta da Vacina considerada a mais espetacular ação popular da época.

Palavras-chave: Espaço público; Participação; Hannah Arendt; Cidade; Movimentos Sociais.

The vaccine revolt: a lost treasure of revolutions?

Abstract

This summary aims to problematize the conception of the city as a public space from Hannah Arendt, having as a backdrop the city of Rio de Janeiro, in the period known as República Velha (1889-1930). In general, the popular classes were impacted by the rapid transformations that took place, mainly because they did not fit into the new forms imposed on the city, which resulted in a process of social exclusion. Despite a certain hollowing out of the concept of Arendtian public space, we identified some social movements against this new order that begins with an emphasis on an urban popular movement called Revolta da Vacina considered the most spectacular popular action of the time.

Keywords: Public space; Participation; Hannah Arendt; City; Social movements.

Introdução

A cidade do Rio de Janeiro, até então sede da Capital Federal, foi uma das primeiras a se projetar dentro dos moldes do urbanismo europeu, o que vai ser propagado para outras cidades posteriormente. Junto do ideário da modernidade que chega ao país em um período de transição entre formas de governo e de mudanças nos modos de produção, vem também problemas de ordem social. De um modo geral, as classes populares foram impactadas pelas rápidas transformações que se processaram, principalmente por não se enquadrarem nas novas formas impostas à cidade, o que resultou em processo de exclusão social.

¹ Doutoranda em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). Bolsista Capes. E-mail: larissafma@gmail.com.

Dentro do movimento higienista instalado em instituições médicas, escolares e jurídico-policiais à época sob o lema positivista da “ordem e progresso”, identificamos que as classes populares foram afetadas em seus modos de experimentar a cidade. De acordo com Araújo (2011), a cidade como artefato humano se configura a partir da materialidade da vida humana e essa afirmação só faz sentido quando cada sujeito for reconhecido em sua dimensão pública, o que acaba não acontecendo dentro desse contexto.

Segundo Arendt (2002), a polis ateniense significava uma das mais importantes experiências humanas, onde era possível o exercício pleno da política em busca da preservação do mundo comum formado por um legado de realizações materiais e simbólicas compartilhadas entre gerações (CARVALHO, 2013). Dentro dessa ideia, o agir em concerto era considerada a política instauradora do espaço público como espaço da deliberação conjunta (ARAÚJO, 2019).

Devido aos novos modos de viver a cidade, incorporados principalmente pelas classes dominantes, antigos costumes e práticas de origem popular que remontavam inclusive o período colonial foram proibidos por não estarem mais de acordo com o projeto civilizador que aportava na cidade. Dito isto, a cidade foi se configurando de forma contraditória, por meio dos quais atravessamentos de ordem social, cultural e econômica produziram diferentes formas de apropriação do espaço público, onde o direito à cidade acabava não se concretizando para todos, inclusive com a invisibilidade de determinados grupos sociais para os quais eram negados direitos e participação política na cidade.

Por um lado, na Primeira República (1889-1930) predominou a política do “café com leite” e a inexistência do voto secreto, o que favorecia o poder da oligarquias locais através do “voto de cabresto”, afastando da participação política os demais segmentos da sociedade. Por outro lado, esse período foi marcado por conflitos armados, revoltadas populares, greves operárias, descontentamento dos militares e crise financeira por conta do chamado “encilhamento”. “O povo do Rio, quando participava politicamente, o fazia fora dos canais oficiais, através de greves políticas, de arruaças, de quebra-quebras” (CARVALHO, 2019, p. 86).

É o caso da Revolta da Vacina, ocorrida em 1904, no Rio de Janeiro que foi considerado um movimento urbano de base popular contra as medidas do governo. Apesar de ter durado uma semana, seu teor político, tamanho e intensidade, torna-o um

exemplo de ação revolucionária emergindo de um cenário desfavorável dominado pelas elites. É o que pretendemos apresentar nas próximas seções.

O contexto da cidade: modernidade, urbanização e exclusão

Antes de mais nada, trata-se de apresentar as condições vividas no Rio de Janeiro nessa época, até então Distrito Federal. Foi com as novidades trazidas pela modernidade europeia que as cidades brasileiras foram se constituindo dentro de um ideário criado de modo a permitir as vivências urbanas dentro dos signos de civilidade, racionalidade, prosperidade, produtividade, segurança, saúde, dentre outros (PINTO JUNIOR, 2012).

A cidade reformada torna-se símbolo do Brasil regenerado, pronto para reconstruir a sua imagem na Europa. Materializado através dos focos luminosos, o progresso se fez palpável e passível de admiração. Enquanto uns puderam fazer a Avenida, outros limitaram-se simplesmente a assistir a ela. A Avenida Central, cartão postal do Rio regenerado, significa muito mais do que a vitória de uma demanda política. Apresenta-se, poucos anos depois da sua inauguração, com lojas funcionando e a maioria dos prédios construídos, como signo por excelência de um novo código de representação social. É o espaço incorporando funções sígnicas, através de sua amplitude e das fachadas elegantes. O espaço da Avenida é palco, local de ostentação e exibição (MAUD, 1990, p. 28).

A exemplo da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco), no Rio de Janeiro, as novas avenidas construídas deram lugar ao tráfego de carros e calçadas largas para os pedestres, o que significava símbolos do progresso e das necessidades da vida moderna, como a cidade de Paris, considerada a capital da modernidade². Nesse momento, a cidade do Rio de Janeiro era governada por Francisco Pereira Passos (1902-06) que fez dessa obra seu principal projeto. Conforme nos descreve O'Donnell (2008, p. 46): “[...] estrategicamente posicionada de modo a ligar as avenidas do cais e beira-mar, o novo logradouro atraía para si toda a megalomania do movimento de produção do espaço como mote civilizador”.

Todavia, para alargar e construir essas avenidas foram derrubados centenas de velhos casarões transformados em sua maioria em cortiços onde residiam as camadas

² Além disso, ocorreram várias mudanças no plano simbólico das cidades como a alteração dos nomes de ruas e de estabelecimentos como forma de redefinir a imagem de nação (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

mais pobres da população, principalmente ex-escravos e imigrantes no chamado “bota-abaixo” (LOPES, 2011). Segundo João do Rio foi realizada uma verdadeira “cirurgia urbana” que sem dúvida partiria mais de um plano abstrato de civilização do que à materialização de um processo de participação social. O cronista não se absteve em mostrar a outra face da cidade: dos morros, da criminalidade e da mendicância. “[...] nas noites, longe dos brilhos dos salões, esgueirava-se pelas ruas e falava aos seus leitores sobre fumadores de ópio, tatuadores, crianças criminosas, prostitutas e trabalhadores da estiva (O’DONNEL, 2008, p. 52).

Nesse processo de derrubada de centenas de chamadas submoradias, também ocorreu o arrasamento dos morros de Santo Antônio e do Castelo. A forte reação que ganhava as ruas do Rio de Janeiro foi debelada por forças policiais. Boa parte da população que habitava a região do Centro do Rio de Janeiro que, subitamente, se viu desabrigada precisou improvisar novos alojamentos nos morros da cidade e nos subúrbios, uma vez que não houve uma política pública de planejamento da remoção (LOPES, 2011).

Com o fim da escravidão há uma migração maciça de ex-escravos do campo para as cidades, onde vão disputar com os recém-chegados imigrantes europeus as precárias condições de emprego e moradia. De acordo com Ostetto (1990, p. 94) “[...] é na cidade que assistimos o peso de todas as mudanças estruturais em andamento. É a cidade o grande ‘chamariz’ para quem sonha construir vida nova”.

Foi também nesse período que ocorreu a Revolta da Vacina no morro da Providência, em 1904, popularmente conhecida como “ditadura sanitária”, que teve como estopim a publicação de um decreto aprovada pelo próprio presidente Rodrigues Alves que obrigava a vacinação obrigatória contra a varíola, tendo como diretor-geral da Saúde Pública, o conhecido médico sanitarista Oswaldo Cruz. Esse morro era rodeado por dezenas de sobrados multifamiliares em condições insalubres, o que também foi alvo da medida sanitária (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

É importante destacar que a moradia popular foi notada durante todo o transcorrer do século XIX como fonte de perturbação da ordem, de instabilidade políticas e problemas sanitários. Após uma epidemia de cólera ocorrida em Paris, em 1832, um relatório indicava as taxas mais altas de mortalidade entre os moradores situados em regiões mais sujas e miseráveis da cidade. Nesse período em destaque, os modelos de vida privada são inseparáveis das circunstâncias econômicas e sociais criadas pelo

capitalismo (D'ANGELO, 2006).

Bresciani (2009, 2014) relata que no século XIX ocorreram denúncias e investigações relacionadas às más condições das habitações da população operária estabelecendo o tripé pobreza-doenças-perigo social como um dos eixos das intervenções na cidade, sobretudo, nas cidades da Europa. Essa ideia também chegou ao Brasil que sob o pretexto do higienismo (físico e social) e da modernização, iniciou-se um processo de segregação socioespacial nas cidades.

O projeto de modernização na cidade do Rio de Janeiro criou formas de exclusão que tinha como alvo principal a rua, conforme abaixo:

As tentativas de excluir, polir, organizar o espaço da rua, foram várias: a introdução de novos meios de transporte mais rápidos, como o bonde elétrico e o automóvel, tirando de circulação os tradicionais meios de transportes populares, como os 'burros sem rabo', que transportam mercadorias e faziam o trabalho de carga; a perseguição aos quiosques e 'freges', locais reservados à alimentação e recreio popular; as reclamações contra os pregões dos comerciantes ambulantes e a preocupação em introduzir novas formas publicitárias que sintetizassem, só numa olhada, o modo de vida correto a seguir. No entanto, a mais evidente foi a postura municipal que obrigava o uso de sapatos e colarinhos nas ruas. Tamanho exagero não poderia escapar da crítica da época (MAUD, 1990, p. 31).

Segundo Lefebvre (2001), o remanejamento da cidade ocorre sempre por uma estratégia de classe que não tem relação direta com a realidade da cidade, com sua própria vida. Para ele a vida urbana é permeada por encontros, confrontos, diferenças, conhecimentos e reconhecimentos recíprocos (inclusive no confronto ideológico e político) dos modos de viver que coabitam na cidade. Como argumenta Telles (1990) “[...] é difícil imaginar uma ação política que não esteja vinculada a interesses. E é difícil imaginar uma interação política que não dependa do jogo dos conflitos e oposições que atravessam o espaço social”.

Como visto, apesar de resistências, o projeto civilizador idealizado pelas elites impôs um novo modo de ser e de estar na cidade (LEFEBVRE, 2001). Fazia parte desse novo projeto de sociedade brasileira as tentativas de regeneração moral dos pobres, moleques, vagabundos e vadios presentes nas cidades demarcando o caráter normatizador e disciplinador da mesma (ARAÚJO, 2019). Nas próximas linhas, apresentaremos como era possível ocorrer a experiência pública em meio a uma cidade excludente com poucas chances de participação na vida cotidiana.

A experiência pública de cidade e a participação coletiva

Como pudemos notar é na rua que tudo acontece, como nos diz Cabral (2005, p. 01), “ela [a rua] representa a espacialidade das relações sociais”. Contudo, como vimos anteriormente, a cidade moderna foi se constituindo de modo a atender os interesses das elites, apropriando-se do espaço público dentro de uma perspectiva econômico-utilitarista fora do alcance das camadas menos privilegiadas, sobretudo das mais pobres. A partir dessa ideia, podemos dizer que a experiência pública de cidade moderna que se construía no Rio de Janeiro era restrita a alguns.

De acordo com Santos (2016), a rápida expansão urbana levou o aumento dos problemas de ordem social que precisavam ser combatidos através de medidas que reprimissem a vadiagem, a embriaguez, a mendicância e a prostituição, ou seja, tudo que não se encaixava na lógica da produção e do trabalho através do aumento da repressão social. Em outras palavras, o caráter disciplinador e normativo imposto significava que a rua não abrigava determinados grupos sociais, o que sinalizava o caráter discriminador da cidade em formação.

Essa questão vai denotar uma perda do sentido público da rua ao não permitir a participação de todos, mas somente de uma parcela pequena da população da cidade. Assim, não estaria sendo privilegiada uma cultura pública de cidade (ARAÚJO, 2019). Para compreender melhor essa questão recorreremos aos escritos de Hannah Arendt (2017) que se debruçou nos estudos sobre a modernidade, tendo como referência a experiência totalitária como pano de fundo de suas análises. Em linhas gerais, para ela, a categoria espaço público seria a expressão da liberdade, igualdade e da pluralidade humana, no sentido de resgatar a dignidade da política em tempos modernos.

Segundo Sontheimer (2017, p. 09) “[...] o espaço para a política, está muito acima da compreensão usual e mais burocrática da coisa política, que realça apenas a organização e a garantia da vida dos homens”. O espaço público “[...] se qualifica como espaço da deliberação conjunta, através da qual os homens, na medida em que capazes de ação e opinião, tornam-se interessados e responsáveis pelas questões que dizem respeito a um destino comum” (TELLES, 1990, p. 37).

Para Arendt (2017), a conformação das cidades modernas desconsiderou virtudes importantes para uma convivência entre os diferentes dentro da ideia de uma dimensão pública da cidade. É o que nos ensina Araújo (2019, p. 14):

A polis, considerada como a organização mais elevada do convívio humano, tinha como horizonte a felicidade pública, a *philia* social e, para tanto, as denominadas ‘virtudes públicas’, como a concórdia, a compaixão, a justiça. Se não nos é possível recuperar tal sentido dado à polis na experiência grega, ao menos podemos tomar como inspiração seu horizonte, transformando a cidade em um suporte indispensável à equalização das oportunidades e medida de reconhecimento público e igual dignidade para todas as crianças.

O caráter normatizador (e excludente) visava enquadrar a vida da cidade dentro das expectativas de um projeto republicano dentro dos símbolos da “ordem” e do “progresso”:

Mais além do que definir formas de apropriação do espaço permitidas ou proibidas, mais do que efetivamente regular a produção da cidade, a legislação urbana age como marco delimitador de fronteiras de poder. A lei organiza, classifica e coleciona os territórios urbanos, conferindo significados e gerando noções de civildade e cidadania diretamente correspondentes ao modo de vida e à micropolítica familiar dos grupos que estiveram mais envolvidos em sua formulação. Funciona, portanto, como referente cultural fortíssimo na cidade, mesmo quando não é capaz de determinar sua forma final. Aí reside, talvez, um dos aspectos mais interessantes da lei: aparentemente funciona, como uma espécie de molde da cidade ideal ou desejável (ROLNIK, 1997, p.13).

Como exemplos factíveis dessa política foram os Códigos de Posturas estabelecidos nesse período que exerceram forte papel no controle social numa tentativa de reorganização das cidades brasileiras. Conforme O’Donnel (2008, p. 50), por exemplo, “[...] ficou proibida a ordenha de vacas nas ruas, mendigos foram recolhidos, as lojas deveriam apresentar seus próprios produtos em vitrines, e seria punido quem urinasse ou cuspsse nas ruas”. Em função dos altos índices de delinquência, os criminalistas buscavam na infância a origem desse problema. Portanto, com a entrada do regime republicano, logo foi promulgado o Código Penal em 1890 que pouco inovou no texto anterior em relação à menoridade e sua imputabilidade (SANTOS, 2016).

Através desse caráter discriminatório e excludente de cidade, passa a ocorrer um grande perigo existencial dela. É o que nos aponta Araújo (2018, p. 730) “[...] na medida em que cidade perdeu o seu significado de comunidade de sentido, ela se conforma a um modo pragmático, a um tempo saturado de agoras, despotencializador de outras formas mais duradouras e comuns de existência”. Hannah Arendt identifica alguns riscos da modernidade, na medida em que se apresenta como palco de experiências ameaçadas de ficarem mudas, na ausência de referências e parâmetros através dos quais pudessem ser elaboradas como experiências significativas (TELLES, 1990).

Sobre isso, nos referimos as tentativas de apagamento de certos costumes e

práticas populares que corriam o risco de serem (ou foram) suprimidas a partir dessas mudanças impostas com a nova conformação das cidades, a exemplo do entrudo³ que era considerado uma manifestação que não cabia mais dentro do processo civilizatório nacional. De um modo geral, as festividades populares apareciam na contramão desse processo que implicava, entre outros, desaffricanizar costumes e coibir manifestações de rua (COSTA; SCHWARCZ, 2000).

Diante desse quadro, identificamos que apesar da inexistência ou restritas formas de participação institucionalizados ou mesmo de interjeições encontradas nos espaços da cidade devido ao predomínio de um padrão civilizador importado e excludente foi possível encontrar formas de participação popular, mesmo nesse contexto desfavorável rompendo com a dinâmica cotidiana da cidade, como no exemplo da Revolta da Vacina que será discutido no próximo tópico.

A Revolta da Vacina: um tesouro perdido das revoluções?

No Brasil, a transição do Império para a República foi a primeira grande mudança de regime político após a Independência em 1822. Todavia, tratou-se de um ato realizado por militares sem adesão da população que mais acreditava se tratar de uma parada militar (CARVALHO, 2019). Segundo Carvalho (2017) existe nesse período uma elaboração do imaginário social com o objetivo de legitimar o regime político republicano recém-instalado como possibilidade de formar visões de mundo e modelar condutas.

Segundo Carvalho (2019, p. 87):

Oitenta por cento da população do Rio de Janeiro não tinha acesso a participação política pelos mecanismos eleitorais; 20% tinha tal direito, mas não se preocupava em exercê-lo. Por outro lado, sugerimos em várias ocasiões que com frequência havia manifestações populares de caráter político. Os cidadãos inativos pelo critério constitucional revelavam-se então não só profundamente atentos a aspectos do exercício do poder que lhes afetavam a vida cotidiana como também dispostos a ir até as últimas consequências para defender o que consideravam seus direitos.

³ Era uma festa popular que se realizava nos três dias que precediam a entrada da Quaresma, em que os brincantes lançavam uns nos outros farinha, polvilho, café, groselha, baldes de água, limões de cheiro, luvas cheias de areia, e outros líquidos como urina. Entrou em declínio no Brasil a partir de 1854, por repressão policial, dando lugar ao moderno carnaval.

Um desses casos foi em relação à Revolta da Vacina que foi um levante contra os mecanismos de intervenção do Estado relacionados à vacinação obrigatória e outras políticas de saúde pública. Na Figura 01 apresentamos um desenho publicado no jornal O Malho que apresenta essa situação com a legenda: “Espetáculo em breve nas ruas desta cidade. Oswaldo Cruz, o Napoleão de seringa e lanceta, à frente das suas forças obrigatórias, será recebido e manifestado com denodo pela população [...]”:

Figura 01 - Desenho de Leônidas publicada na revista O Malho, de 29/10/1904



Fonte: Fiocruz

A partir da categoria arendtiana de espaço público verificamos um certo esvaziamento do conteúdo público do sentido de cidade marcada por princípios normatizadores da vida social, por uma política como experiência privada ou para poucos e por profundas desigualdades sociais que dificultaram a experiência autêntica de participação política. Todavia, movimentos populares como o citado, surgem como tesouro perdido das revoluções⁴, nas palavras de Hannah Arendt (1988).

“Para ela, o tesouro perdido consiste na liberdade e nas formas de ação que não tinham sido previstas pela tradição e que não foram legadas para o futuro por meio das teorias do seu tempo” (RUBIANO, 2016, p. 190). Arendt (1988) considerava tanto experiências bem sucedidas, como levantes revolucionários que não conseguiram manter um corpo político duradouro, como no caso citado. Pode-se se dizer que a Revolta da

⁴ Hannah Arendt formulou a imagem do tesouro perdido a partir do aforismo de René Char.

Vacina foi um movimento com peso revolucionário com a existência de várias revoltas dentro de uma revolta (CARVALHO, 2019).

Mas, o que representou esse levante? Representa que algo novo foi instalado nas ruas da cidade quando a população marginalizada se levantou em rebelião exigindo igualdade de condição, mesmo que tenha sido de forma temporária. O conceito moderno de revolução “[...] começa subitamente de um novo rumo, de que uma História inteiramente nova, uma História nunca antes conhecida ou narrada está para se desenrolar, era desconhecido antes das duas grandes revoluções no final do século XVIII” (ARENDR, 1988, p. 10).

Para complementar, Arendt (1988, p. 18) explica que “[...] a questão social só começou a desempenhar um papel revolucionário quando, na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana”. Além da novidade e do começo, também faziam parte os componentes da violência e da irresistibilidade no sentido de que nenhum dos participantes podia controlar o curso dos acontecimentos revolucionários. Foram vários dias e vários os revoltosos (estudantes, operários, comerciantes e militares), sendo inclusive criada a Liga contra a Vacina Obrigatória.

Embora a obrigatoriedade da vacinação tenha sido o estopim da revolta, logo os protestos passaram a se dirigir aos serviços públicos em geral e aos representantes do governo, em especial contra as forças repressivas. Um grupo de militares, com o apoio de alguns setores civis, tentou se aproveitar do descontentamento popular para realizar um golpe de Estado na madrugada do dia 14 para o dia 15 de novembro, que, no entanto, foi derrotado. O movimento ocorreu entre 10 e 16 de novembro de 1904, com um saldo de 945 pessoas presas na Ilha das Cobras, 30 mortos, 110 feridos e 461 deportados para o estado do Acre.

Considerações finais

A cidade do Rio de Janeiro foi a primeira cidade brasileira a se projetar dentro dos moldes do urbanismo europeu, o que vai ser propagado para outras cidades posteriormente. Junto do ideário da modernidade que chega ao país em um período de transição entre formas de governo e de mudanças nos modos de produção, vem também problemas de ordem social. Segundo O’Donnel (2008, p. 32) “[...] existia uma diferença

entre a cartilha republicana e prática dos transeuntes”, revelando mundos antagônicos e excludentes que faziam parte do mesmo quadro social.

Devido a essas novas práticas e modos de viver a cidade incorporados principalmente pelas classes dominantes, antigos costumes de origem popular foram proibidos por não estarem mais de acordo com o projeto civilizador que aportava na cidade. Desse modo, manifestações e tipos populares acabaram desaparecendo ou sendo expulsos do centro urbano. De um modo geral, as classes populares foram impactadas pelas rápidas transformações que se processaram no âmbito das cidades, principalmente por não se enquadrarem na nova forma de viver a cidade, o que resultou em processo de exclusão social.

Entretanto, foi possível identificar modos de resistências a essas transformações como no ocorrido no episódio da Revolta da Vacina que foi uma insurreição popular contra as medidas sanitárias impostas pelo governo de forma compulsória. Para Carvalho (2019, p. 131) “[...] a Revolta da Vacina permanece como exemplo quase único na história do país de movimento popular de êxito baseado na defesa do direito dos cidadãos de não serem arbitrariamente tratados pelo governo”.

Pode-se dizer a partir da teoria de Arendt (1988) que se tratou de uma revolução, pois foram dias marcados por uma novidade nunca antes vista que transformou a cidade em uma praça de guerra, com bondes revirados e edifícios atacados. Os problemas de moradia mais o elevado custo de vida também foram motivos para a revolta. A vacinação em si foi apenas um pretexto para a ação de forças políticas. Todavia, após o movimento, a Lei da Vacina Obrigatória foi modificada, tornando facultativo o seu uso. Antes disso, o atestado de vacina era exigido para matrícula em escola, emprego, hospedagem e até para casamento (CARVALHO, 2019).

De acordo com Araújo (2019, p. 08) “[...] torna-se mais difícil e desafiadora a tarefa de a democracia efetivar-se como um princípio de convivência e a cidade como um espaço público compartilhado, ao menos como potencialidade do (com)viver na pluralidade”. Ainda não alcançamos a ideia de política, principalmente no que tange ao alcance de um horizonte público comum, mas movimentos como o da Revolta da Vacina mostram como a participação popular faz a diferença.

Referências

ARAÚJO, Vania Carvalho de. A cidade na infância, a infância na cidade. **Educ. Foco**, Juiz de Fora, v.23, n.3, p. 715-736, set./dez., 2018

ARENDDT, Hannah. **Da revolução**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

_____. **O que é política?**: fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

BRESCIANI, Maria Stella. Cidades e urbanismo. Uma possível análise historiográfica. **Politeia: História e Sociedade**. Vitória da Conquista, v. 9, n. 1, p. 21-50, 2009.

_____. A cidade e o urbano: experiências, sensibilidades, projetos. **Urbana**, v. 6, nº 8, jun. 2014 - Dossiê: Cidade e habitação na América Latina – CIEC/Unicamp.

CABRAL, Luciana Francisca. A rua no imaginário social. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**. Universidad de Barcelona, Vol. IX, n. 194 (60), 01 ago. 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

COSTA, Angela Marques da; SCHWARCZ, Lilia Moritz. **1890-1914**: No tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

D'ANGELO, Martha. A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin. **Estud. av.**, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 237-250, abr., 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LOPES, Almerinda da Silva. O modernismo liquefeito ou a flâneur não sai mais de casa. In: SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Magit; CONTI, Raquel Félix; FERREIRA, Sonia Maria de Oliveira (Org.). **Relendo imagens, atribuindo significados: as cidades que devem ser esquecidas**. Vitória: GM Gráfica e Editora, 2011.

O'DONNELL, Julia. De olha na rua: a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Zahar, 2008

OSTETTO, Luciana Esmeralda. Da rua à fábrica: a condição infantil na República. *Perspectiva*; r. **CED**, Florianópolis, 8 (15): 91-125, jul/dez, 1990.

PINTO JUNIOR, Arnaldo. Modernização urbana e educação das sensibilidades na cidade de Vitória (1890-1912). **Resgate**, vol. XX, nº 23, jan./jun. 2012.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei**: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

RUBIANO, Mariana. **Revolução em Hannah Arendt**: compreensão e história, 2016. Tese (Doutorado) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. **Criança e criminalidade no início do século XX**. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). História das crianças no Brasil. São Paulo: Contexto, 2016.

SONTHEIMER, Kurt. Prefácio. In: ARENDT, Hannah. **O que é política?**: fragmentos das obras póstumas compilados por Ursula Ludz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2017.

TELLES, Vera da Silva. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 23-48, jun., 1990.